



FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP: UM RETRATO E ALGUMA MEMÓRIA

Maria Cecília Cortez Christiano de Souza
Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Brasil
mccs@usp.br

RESUMO

Este artigo procura contemplar a criação da Faculdade de Educação da USP em 1970, tendo como fio narrativo material memorialístico produzido pela autora. A partir daí, objetiva contextualizar a emancipação da Faculdade de Educação da matriz original, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Tendo como pano de fundo o processo político vivido pela Universidade nos anos que antecederam e se seguiram à Reforma Universitária de 1968, discute as repercussões no plano interno da do Departamento de Educação e da Faculdade de Educação, relacionadas à devolução do Colégio de Aplicação à rede pública, bem como ao esvaziamento do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo a partir de 1970.

Palavras-chave: Memória. Faculdade de Educação da USP. Colégio de Aplicação. Centro Regional de Pesquisas Pedagógicas. Movimento estudantil.

FACULTAD DE EDUCACIÓN DE LA USP: UN RETRATO Y ALGUNA MEMORIA

RESUMEN

Este artículo busca contemplar la creación de la Facultad de Educación de la USP en 1970, teniendo como hilo narrativo material conmemorativo elaborado por la autora. A partir de ahí, pretende contextualizar la emancipación de la Facultad de Educación de la matriz original, la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la USP. En el contexto del proceso político vivido por la Universidad en los años que precedieron y siguieron a la Reforma Universitaria de 1968, se discuten las repercusiones internas del Departamento de Educación y de la Facultad de Educación, relacionadas con el retorno de la Escuela de Aplicación a el sistema de educación pública, así como el vaciando del Centro Regional de Investigaciones Educativas de São Paulo a partir de 1970.

Palabras clave: Memoria. Facultad de Educación USP. Colegio de Aplicación. Centro Regional de Investigación Pedagógica. Movimiento Estudiantil.

FACULTY OF EDUCATION OF USP: A PORTRAIT AND A FEW MEMORIES

ABSTRACT

This article seeks to address the creation of the Faculty of Education of USP in 1970, having as narrative thread the memorialistic material produced by the author. From that point on, it aims to contextualize the emancipation of the Faculty of Education from its original mold, the Faculty of Philosophy, Sciences and Languages of USP. Having as background the political process experienced by the University in the years preceding and following the University Reform of 1968, it discusses the internal repercussions of the Department of Education and the Faculty of Education, related to the return of the College of Application to the public system, as well as to the emptying of the Regional Center of Educational Research of São Paulo from 1970 on.



Keywords: Memory. Faculty of Education of USP. College of Application. Regional Centre for Educational Research. Students' movement.

LA FACULTÉ D'ÉDUCATION DE L'USP: UN PORTRAIT ET QUELQUES SOUVENIRS

RÉSUMÉ

Cet article porte sur la création de la Faculté d'Éducation de l'USP en 1970, à partir de matériel mémoriel de l'autrice. Il cherche à mettre en contexte l'émancipation de la Faculté d'Éducation à l'égard de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de l'USP, dont elle était auparavant un département. Il en tisse la toile de fond représentée par les événements politiques qui ont précédé la Réforme Universitaire de 1968. Comme répercussions de ceux-ci il met en relief le transfert du collège d'Application au système public d'enseignement et la dissolution du Centre Régional de Recherches Éducationnelles de São Paulo à partir de 1970.

Mots clés: Mémoire. Faculté d'Éducation de l'USP. Collège d'Application. Centre Régional de Recherche en Éducation. Le mouvement des étudiants.

Na primeira foto oficial da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 25 de fevereiro de 1970, ao lado da professora Gilda de Lima e do professor Heládio Antunha, estou eu, pouco à vontade, como representante dos alunos. Presidindo a congregação, na cabeceira da grande mesa oval, José Querino Ribeiro, o professor titular mais antigo. Em frente, os professores Carlos Correa Mascaro, Roque Spencer Maciel de Barros e aquele que seria o primeiro diretor da Faculdade, Laerte Ramos de Carvalho.

De algum jeito, a formalidade da foto permanece em alguns escritos que falam da fundação da Faculdade. Os resumos institucionais, por exemplo, referem-se a episódios anteriores, como a incorporação do antigo Instituto de Educação à Universidade de São Paulo, em 1934, e às mudanças sucessivas de nomes: Faculdade de Educação, Seção de Educação, Seção de Pedagogia e Departamento de Educação. Outras vezes fazem valer para sua criação a data da publicação no Diário Oficial, 16 de dezembro de 1969. A primeira congregação é então descrita como aquela em que se passou aos trâmites burocráticos da transformação do Departamento da Educação em Faculdade de Educação, das antigas cadeiras em departamentos, bem como aquela em que se tratou do encaminhamento de uma lista tríplice de titulares para a escolha do novo diretor e, finalmente, das gestões necessárias à reabertura do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Ainda hoje, quando se comemora, nos anos redondos, a Fundação da FEUSP, penso que o retrato talvez represente o tipo de memória de que Freud falava, a memória encobridora ou a memória de tela, porque não é fácil recordar esse tempo. No caso de haver muitas testemunhas e versões de um acontecimento, é comum confrontá-las com a documentação escrita. Quando as testemunhas



escasseiam, é sinal que se está na dobradiça do tempo, em breve os documentos escritos vão se tornar fonte única para muitas histórias. Como aluna de primeiro ano, meu papel foi pouco significativo, participei só tangencialmente do que veio antes e do que veio depois. Muitos outros vivendo no centro e nos bastidores dos acontecimentos, ou mediante pesquisas minuciosas (BONTEMPI, 2017; SANTOS, 2015) foram capazes de analisar mais e melhor a história do que ocorreu.

O material memorialístico sobre essa época é extenso. O professor Antonio Candido, por exemplo, conta velhas histórias da Universidade de São Paulo com uma graça que encanta ouvintes e leitores. Sabia narrar episódios fundamentais e detalhes pitorescos, além de ser capaz de falar de momentos difíceis sem reabrir feridas desnecessariamente. Em um dos anos mais terríveis da ditadura militar, 1972, Antonio Cândido (1991) publicou, originalmente no jornal *Opinião*, um artigo em que fala, com a erudição costumeira, sobre aquilo que o terror do Estado foi capaz de provocar. O terror vira os homens do avesso, diz ele, obrigando a todos a encarar seus abismos internos. A repressão tem uma face bífida, continua. Uma é explícita e solene, nutrida de medalhas e aparato, cerca-se de estatísticas e legislação para dar sossego a boas almas e carreirismos bem-postos. A outra, insidiosa, mina a confiança entre as pessoas, cria suspeitas, transformando o controle em desmando, a reserva em exibicionismo, a discrição em bisbilhotice de consequências trágicas. Uma vez desencadeada, conclui, a repressão não necessita de motivos, basta-lhe estímulos, vira máquina incontrolável.

As atas das reuniões universitárias são em geral formais e insossas porque são lidas, corrigidas e aprovadas em reuniões posteriores. Desta forma, falas exaltadas e frases inconvenientes têm a chance de serem eliminadas ou atenuadas. Dão poucos elementos para imaginar os ânimos dos participantes, as idas, voltas e reviravoltas de posições. As atas que antecederam e sucederam a reforma universitária de 1968, seja no Conselho Universitário, seja em outros conselhos e congregações, são extensas. Exigiram grande trabalho de historiadores que se ocuparam de deslindar fatos superpostos, misturados, intrincados e silenciados (CESLESTE FILHO, 2006). Não há como se dar conta, em meio às discussões sobre a reforma da universidade, do ataque e do incêndio da sede da Faculdade de Filosofia na Rua Maria Antônia, da instalação improvisada na Cidade Universitária, por sua vez, poucos meses depois cercada por tropas do exército e da polícia, da invasão do Centro Residencial da USP, das listas de expurgos de professores logo após o AI 5, do protesto do Conselho Universitário e da cassação do próprio reitor. Não se pode colocar em atas o silêncio. Nos aproximamos, sem dúvida, de uma zona de perigo. As atas do Conselho Universitário dão a perceber que se promulgou em grandes blocos e apressadamente a versão definitiva da Reforma Universitária



de 1968 (SILVA, 1999). No caso do antigo Departamento de Educação, um ano antes, as atas transcrevem palavras duras, como aquelas que registram a polarização dos professores entre a Cadeira de Didática e a Cadeira de Orientação Educacional, por conta de divergências em torno da direção do Colégio de Aplicação. A crise desencadeada, levada à direção da Faculdade de Filosofia e a instâncias superiores da Universidade e, finalmente, à Secretaria de Segurança do Estado, culminou na expulsão, por meio de força policial, dos adolescentes que haviam ocupado o Colégio. São fatos que a Professora Maria Amélia Americano, em entrevista, qualificou como especialmente difíceis de recordar (JANOTTI, 20010). Logo depois, o conselho do Departamento classificou como “persona non grata” a Professora Maria José Werebe, obrigando sua transferência para o Instituto de Psicologia e depois para o exílio. Foram desligados também os professores encarregados do antigo conjunto de Orientação Educacional, além dos professores de Sociologia da Educação (SANTOS, 2015).

Tendo como pano de fundo a catástrofe que cercou o Ato Institucional no. 5, o papel desempenhado pelos professores ligados à História e Filosofia da Educação e à Didática, tanto no fechamento do Colégio de Aplicação (antes de qualquer coisa, um fracasso pedagógico) quanto nas crises posteriores da Universidade, é possível imaginar o isolamento da Faculdade de Educação em relação a outras unidades ligadas à antiga matriz, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e o prejuízo geral acarretado. Sem dúvida, o distanciamento datava de um preconceito de origem, quando professores do antigo Instituto da Educação foram absorvidos pela recém-criada Universidade de São Paulo sem necessidade de se submeter aos rigores dos concursos e provas como os demais docentes, causando grande ressentimento (BONTEMPI, 2013). A repercussão do fechamento do Colégio de Aplicação, a posição de professores do Departamento de Educação em relação à Reforma Universitária, principalmente expressa na rejeição da ideia de Comissões Paritárias, deram legitimidade política a antigos preconceitos e incompreensões mútuas. A fundação da Faculdade de Educação, desse modo, está mergulhada em clima sombrio. Vigorava naquela reunião que presenciei, à esquerda e à direita, olhares atormentados ou baixos, um ar pesado, a sensação de colocar fundamentos em terra arrasada. Mesmo hoje, é preciso haver comedimento e esforço para ganhar distância daquele momento. Como no poema de Fernando Pessoa, quando se está no alto mar, de longe a costa são linhas geométricas, de perto, se veem árvores e pássaros, e o lado emaranhado da vida.

As memórias sobre essa época são várias e contraditórias. Assim como podemos seguir as trilhas da construção da memória, podemos também percorrer o labirinto do esquecimento. Com perdão pelo exagero, penso no estratagema de Henri Christophe, na Revolução do Haiti, para eliminar seu rival, o insubmisso e radical Jean Baptiste Sans Souci. Uma vez no poder,



Henri Christophe mandou construir um grandioso palácio perto do lugar em que matara Jean Baptiste, ocultando seu túmulo nas muralhas do castelo. Michel-Ralph Troillot (1995), antropólogo haitiano que analisou o fato, diz que não há como saber se foi em homenagem ao inimigo que o palácio foi copiado do palácio de Frederico II da Prússia, o Sans Souci, ou se Henri Cristophe estava confiante que, na confusão que se criaria entre historiadores pela sobreposição dos nomes, seu inimigo seria fatalmente esquecido. Do lado oposto, o das tropas britânicas, espanholas e francesas que lutaram contra a independência do Haiti, o artifício de apagamento da memória foi o conselho dado pelo Abade De Pradt, cumprido durante muito tempo pelos países escravistas da América: que não se fale da Revolução do Haiti, mas se não houver outro jeito, que se fale e muito do sangue que derramou.

Havia razões de sobra para a desolação reinante na primeira congregação, embora naquela época, alguns dos fundadores da Faculdade não estivessem do lado dos mais atingidos pelo AI 5. Também não se pode dizer que estivessem do lado dos vencedores. Suas posições políticas eram bem próximas às do jornal “O Estado de São Paulo”, para o qual escreviam editoriais ligados à educação. Ora, o 13 de dezembro de 1968 assinala o rompimento deste jornal com o governo militar. Depois do chamado golpe dentro do golpe, Júlio de Mesquita Filho havia publicado o editorial “Instituições em frangalhos”, provocando a apreensão do jornal. O Estadão se recusou à autocensura, por isso, uma banca de censores foi instalada na redação. Até a retirada dos censores, o jornal não publicou editoriais. Os professores da antiga cadeira de Filosofia da Educação não puderam mais se manifestar através do jornal (BONTEMPI, 2001). O Professor Laerte Ramos de Carvalho tinha protagonizado um dos episódios mais dramáticos da repressão que se seguiu ao golpe de 1964, a crise da Universidade de Brasília. Ao contrário de Zeferino Vaz, que se afastou da reitoria assim que se anunciou a disposição dos governos militares de dissolvê-la, o professor Laerte, que o sucedeu, se envolveu numa queda de braço com professores, que acabou ocasionado a demissão coletiva e a ocupação violenta da Universidade por tropas da polícia e do exército. Outras crises se seguiram (CELESTE FILHO, 2006). De volta a São Paulo, em 1967, elaborou pareceres críticos às concepções finais da Lei de Diretrizes e Bases em relação ao ensino superior, teve atuação significativa no Conselho Estadual de Educação e na Reforma Universitária, manifestando-se contra a instituição da cátedra e contra a fragmentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Antes da reitoria na Universidade de Brasília, tinha sido diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE), destacando-se pela reestruturação do Centro, pela ampliação de cursos e implementação de assessorias técnicas (PILETTI, 1988). Poucos anos antes, no final da década de 50 e início dos anos 1960, o CRPE de São Paulo tinha



participado como peça central do debate sobre os rumos da educação brasileira. Por meio de um manifesto “Mais uma vez mais convocados...” o CRPE de São Paulo iniciava a luta pelo ensino público universal, obrigatório, laico e gratuito, ideia já esboçada no “Manifesto dos Pioneiros”, mas que se tornava premente graças ao empenho e engenhosidade política de Anísio Teixeira (BONTEMPI, 2020). Na ocasião, havia se cristalizado, por parte da Igreja e de empresários, o projeto de privatização do ensino, desobrigando o Estado dessa reponsabilidade, em nome da liberdade de ensino, conforme reiterava o deputado Carlos Lacerda. A defesa do ensino público se fazia então sensível, unindo intelectuais de amplo espectro político, de liberais históricos ligados ao jornal “O Estado de São Paulo” até escritores católicos, lideranças socialistas, líderes sindicais, deputados de diferentes partidos políticos.

A Campanha em defesa da Escola Pública, como foi chamada, proporcionou a oportunidade de intelectuais encontrarem um denominador comum e, na arena pública, desenvolver atuação intensa, por meio de palestras, viagens, debates, conferências, publicação de artigos etc. Logo, as discussões que acompanharam a tramitação das leis de Diretrizes e Bases de 1961 se ampliaram e aglutinaram ao redor de seus temas diferentes visões, abrangendo nomes como Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Anísio Teixeira, Nelson Werneck Sodré, Cesar Lattes, Ruy Coelho, Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Buarque de Holanda, Darci Ribeiro, Laerte Ramos de Carvalho, João Eduardo Villalobos, Roque Spencer Maciel de Barros, Maria Amélia Americano Domingues de Castro José Arthur Gianotti, Ruth Cardoso, Oracy Nogueira, Cecília Meireles, Celso Beiseguel, José Mário Pires Azanha, Perseu Abramo, Caio Prado Júnior e muitos outros (AZANHA, 1999). Foram as lembranças dessa campanha, junto com as memórias de formação na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que o golpe de 1964 e o AI 5, aumentando ao máximo a voltagem ideológica, colocaram em curto-circuito, estilhaçando em posições radicais o que antes traduzia certa continuidade política de inspiração iluminista.

Na época mais dura da repressão, algumas questões não podiam ser pensadas com a necessária cautela. O mundo se dividia claramente entre esquerda e direita, embora já se soubesse que podiam existir esquerdistas mesquinhos e direitistas capazes de grandeza. Na ditadura era preciso manter posições categóricas, e mesmo a crítica a posições extremistas de esquerda se tornava paradoxal quando militantes de esquerda eram presos e assassinados. Não era visível para mim, nessa época, diferenças entre o que os professores Laerte Ramos de Carvalho e Roque Spencer Maciel de Barros pensavam. Achava que tinham as mesmas posições, tanto por suas posições, quanto pelo fato de coincidirem em manifestar abertamente seu anticomunismo. Fundamentavam suas opiniões em aula recomendando os romances de



George Orwell e os livros de Arthur Koestler; o anticomunismo aparecia sob a face anti-stalinista e antitotalitária. Não citavam o fascismo como regime totalitário, o que para mim bastava para colocá-los no mesmo plano. Quando eu interrogava professores mais próximos, como os professores Celso Beisiegel e José Mário Pires Azanha, eles distinguiram o professor Roque como um liberal clássico e o professor Laerte como mantendo no fundo a visão integralista de sua juventude, embora tivesse tido na direção do CRPE bom convívio com professores e pesquisadores de esquerda. Eu ficava chocada com essas qualificações, principalmente em relação à última, porque o Professor Celso e o Professor José Mário manifestavam grande afeição pelo Professor Laerte, dizendo conhecer dele uma face sensível e poética. O fascismo dos anos 1930 - 1940 foi sereia poderosa, me diziam, capaz de atrair intelectuais como Tristão de Athayde, Miguel Reale, Roland Corbusier, Câmara Cascudo, Manuel Bandeira e muitos outros. Anos mais tarde, lendo um capítulo de **Teresina etc.** de Antonio Candido (1980), vi confirmada a percepção de meus professores.

Voltando à cena de fevereiro de 1970: como aluna do primeiro ano, tinha sido eleita representante; os alunos das turmas mais velhas tinham vivido o desgaste da participação nas comissões paritárias, na tentativa frustrada da Universidade propor sua versão da Reforma Universitária. Daí que ouvia, a propósito de qualquer assunto, nessa congregação, palavras enfáticas contrárias à participação de estudantes, sobretudo contra a experiência das paritárias. Todavia, embora no primeiro ano de Pedagogia, estive também no curso de Ciências Sociais. Até 1968, o curso de Ciências Sociais era ministrado na Rua Maria Antônia. Em 1966, como outros nessa época, tinha a sensação de ter chegado tarde, numa espécie de fim de época dourada. Os anos anteriores ao golpe de 1964 eram simultaneamente festejados e criticados, conforme as conversas entreouvadas no grande saguão à entrada do prédio, no qual grupos da esquerda tinham assento marcado. A efervescência presente na Rua Maria Antônia repercutia as produções do teatro, do cinema, dos festivais de música popular. Traduziam a euforia de estar vivendo um momento extraordinário, de forma muitas vezes onipotente pelos estudantes, críticos de qualquer manifestação de apreço ao passado. As alas sisudas apelidavam de “esquerda festiva” aqueles que não paravam de cantar a *Marcha da Quarta Feira de Cinzas*, classificada como hino da “nostalgia contrarrevolucionária”. Eram surdos aos apelos dos professores que procuravam chamá-los à realidade, buscando recuperar a história recente fora de esquemas mecânicos dos jornais mimeografados pelos Centros Acadêmicos. Estavam abertas as controvérsias sobre a Revolução de 30, o período Vargas e o teor das mudanças sociais. Ecos de Paris chegavam até nós, naquele tempo não se interrogava os velhos, professores ou não. Como a vez em que Edgard Laurenroth procurou os alunos de Ciências



Sociais para conversar. Julgávamos que só se podia dar atenção a quem tivesse menos do que trinta anos. Isso me fez lembrar a frase que meu sogro, Cícero Christiano de Souza, escreveu à margem de um parágrafo do livro *Eram os deuses astronautas?* “é de uma estultice incomensurável”.

Ainda hoje, a sombra que a repressão política projetou sobre os curtos anos de relativa liberdade entre dois golpes parece fazer esquecer a intensidade da vida para aquela porção de jovens de classe média. As cenas que permanecem na memória coletiva são os festivais de música popular. Em 1967, com a entrada da guitarra elétrica de Gilberto Gil no “Domingo no Parque” e o “Alegria, alegria” de Caetano Veloso, contrastando pela violência que cercou o ataque aos atores da peça “Roda Viva” de Chico Buarque e da explosão de interpretações trazidas pela encenação da peça de Oswald de Andrade “O Rei da Vela” no Teatro Oficina, pelo disco “Tropicália”, pelos filmes de Glauber Rocha e pela música dos Beatles. Amostras de percepções ricas e disparatadas de lembranças tornadas homogêneas pelos enquadramentos da ditadura.

Eu morava na Rua Cesário Mota quando me avisaram que estava acontecendo uma guerra entre alunos do Mackenzie e da Filosofia, um estudante tinha sido morto, houve um incêndio. Essa batalha, que dividiria a história da Universidade de São Paulo, vinha no caudal da radicalização que impusera ao movimento estudantil a ditadura que, se antes deixara espaço para a expressão cultural e política de esquerda, caminhava no sentido de se tornar cada vez mais truculenta. O que se passou depois foi um pesadelo, cujo início podia ser datado: o dia que o professor de Ciência Política e Chefe da Redação do “Estado de São Paulo”, Oliveiros Ferreira, desceu até a calçada da rua Major Quedinho, onde ficava o jornal, para nos dizer que “Habeas corpus e direitos civis: caput”.

Conhecia orientadores e estagiários do Departamento de Educação quando fui aluna do Colégio de Aplicação. Não me lembro exatamente o que pensei na época, só que era insuportável passar pela Rua Maria Antônia. Racionalizando depois, acho que estava procurando uma profissão. E podia jogar para adiante questões que não encontrava resposta; acreditava que o futuro ia apontar saídas, que haveria nele a redução da sensação de absurdo, no mínimo fazendo possível mergulhar em estudos capazes de fazer esquecer por algum tempo a política. Amigos constantes ajudavam a partilhar notícias de horror com um cotidiano enjoativo, simbolizado pela moda meio brega dos móveis falsos ou estátuas roubadas de igrejas barrocas, que decoravam as salas de espera dos bancos e das empresas. O medo mortificava, colegas buscavam fugir da realidade pela leitura de místicos, misturas vagas de hinduísmo, saber sufi, medicina chinesa e práticas divinatórias. Êxtases e viagens psicodélicas não



bastavam para diminuir o luto e o medo. Tínhamos inveja daqueles que decretavam a própria inocência, viravam hippies ou então subiam nas carreiras profissionais e enriqueciam. O Brasil ganhava a Copa do Mundo e obtinha dinheiro do exterior, à medida que a ditadura se tornava sanguinária. As notícias de mortes e torturas chegavam e produziam medos sem contornos. Soube depois que a Faculdade de Filosofia esteve a pique de reproduzir o que acontecera com a Universidade de Brasília logo depois do golpe: os professores pensaram em pedir demissão coletiva diante dos expurgos do AI 5, sendo contidos por Paulo Emílio Salles Gomes, que disse ser isso exatamente o que os setores reacionários queriam e que era dever de todos permanecer (CANDIDO, 2017).

Ter sido aluna do Colégio de Aplicação era uma das razões para estar naquela primeira congregação da Faculdade em 1969. Os ginásios experimentais de São Paulo, nos os anos de 1950 e 1960, tinham inaugurado um movimento de renovação que propunha sacudir a rotina dos antigos estabelecimentos secundários públicos, criando unidades que propiciassem novas formas de ver, experimentar e pesquisar o ensino. Era uma forma de os licenciados recém-formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo de alguma forma se afastarem do projeto uspiano inicial de formar elites condutoras, procurando exatamente no ensino a transformação social desejada. Chamava-se a atenção para a revolução trazida pela substituição dos bacharéis de Direito pelos licenciados em Geografia e História, dos antigos seminaristas pelos licenciados em Letras, de engenheiros pelos licenciados em Matemática e Física, de médicos pelos licenciados em Biologia. Era também uma forma de garantir aos assistentes de ensino que viviam em torno dos catedráticos a possibilidade de serem comissionados, isso é, de receberem o salário de professores secundários enquanto exercessem o papel de assistentes ou de auxiliares de ensino na universidade. Antes da Reforma de 1968, a estrutura de cátedra permitia ao titular se cercar de assistentes, muitas vezes trabalhando *pro bono*, isto é, sem remuneração. Desta forma, a possibilidade de trabalhar como professor secundário nos ginásios públicos da cidade consistia para alguns em degrau na carreira de professores universitários.

Todavia não se formam adolescentes entusiastas apenas por interesse burocrático ou por sobrevivência. Soube depois que foram professores do ensino secundário Laerte Ramos de Carvalho, João Eduardo Villalobos e Roque Spencer Maciel de Barros, para falar apenas de alguns que conheci na faculdade. Não se tratava de cumprir destino de fracassados, como os profissionais liberais que se “dedicavam ao magistério secundário antes de se tornarem fazendeiros”, segundo comentário irônico de um professor da Missão Francesa (CORDEIRO, 2018). Professor João Eduardo Villalobos, como professor de ginásio, aparece nas memórias



de José Arthur Gianotti (1988) e de Marilena Chauí (2019), como determinante na escolha do curso de Filosofia. Fernando Henrique Cardoso (1988) recorda que Roque Spencer Maciel de Barros foi um colega que o ajudou a elaborar um difícil trabalho sobre filosofia pré-socrática, nos tempos em que a Filosofia ainda ocupava o último andar da Escola Caetano de Campos, na Praça da República.

Foi a ampliação da demanda pelo ensino secundário propedêutico um dos fatores que desencadearam a crise universitária de 1968. A reforma universitária era a grande questão do movimento estudantil. Seu início, na chamada “questão dos excedentes”, vinha do reconhecimento, quase unânime, de que a Universidade necessitava ser reformulada, entre outras coisas porque não conseguia absorver os alunos aprovados nos exames vestibulares, por conta da escassez de vagas. A demanda pela ampliação de vagas foi ficando cada vez mais premente, caudatária pressão que a sociedade fazia pela criação de escolas secundárias públicas. O vestibular não era seletivo; ano após ano acumulava-se um número de alunos que embora tivessem sido aprovados, não conseguiam matrícula. O Conselho Universitário tinha aprovado a criação de uma comissão para a reforma, subdividida para cobrir a realidade dos diferentes cursos. Em seguida, o movimento estudantil pressionou para que essas comissões fossem paritárias, isto é, que tivessem representação igual os estudantes, professores e funcionários da Universidade. Organizaram-se comissões em cada unidade e foi designada uma comissão coordenadora. Essa comissão desagradou parte do Conselho Universitário, desencadeando uma série de crises que culminaram nas cassações que atingiram 26 professores que se colocavam em oposição ao então Ministro da Justiça e redator do AI 5. Diante de protestos do Conselho Universitário, o expurgo atingiu o próprio reitor, o Professor Hélio Lourenço. Em 1969, o reitor interino, Alfredo Busaid, fez passar uma reforma que coincidia em pontos essenciais com aquelas impostas às universidades federais pelo governo militar. Dentre outras medidas, resultou no desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em diversas unidades, entre as quais a Faculdade de Educação. A instalação no campus da Cidade Universitária materializou fisicamente essa segmentação: ficaram no centro da cidade apenas a Faculdade de Direito e Medicina. As outras unidades foram instaladas na antiga fazenda do Butantã, muitas de forma improvisada. A Faculdade de Educação já estava lá, quase à entrada da Cidade Universitária, desde o tempo em que a esta última era um ermo urbano isolado do resto da cidade pela lama e pela falta de transporte. A Faculdade ocupava as salas do Centro Regional de Pesquisas Pedagógicas de São Paulo, o CRPE.

Eu não conheci o CRPE de São Paulo em pleno funcionamento. Quando entrei, em 1969, adivinhei sua importância pelos vestígios que deixara na arquitetura. Uma vez pude



percorrer as salas vazias, algumas cheias de móveis empilhados, artefatos pedagógicos, câmaras escuras, arquivos de madeira, estantes sem livros, mesas cujos tampos subiam, leitoras de microfilmes, prensas, mimeógrafos, ilhas de edição. Eu me perguntava sobre o que teria ocorrido para que tudo isso tivesse sido abandonado. Eram perguntas que eu fazia, na época, sem querer saber as respostas, aturdida pelas destruições em série. Lembrava o porão da casa da minha avó, professora, com as lousas de ardósia que havia lá. Lembrei-me do quanto me arrependi por não ter sabido guardar uma delas. Tinha a mesma sensação, exponenciada, quando percorria os corredores do CRPE. Pelos intrincados caminhos da burocracia, soube mais tarde que não se decidia se o prédio que pertencia ao Ministério da Educação, federal, podia ser passado à Universidade de São Paulo, estadual, e assim lá jazia, como uma herança vacante. Um jardim interno cercado de vidro, com uma fonte no centro ao lado de folhagens e plantas, coberta de poeira, fazia a passagem entre o prédio da frente e o prédio de trás, em que tínhamos aula; lembro-me das ratazanas que andavam pelo jardim.

Só mais tarde tive ideia do que consistiu na inspiração de Anísio Teixeira, que tinha criado diversos Centros Regionais pelo país, e do papel de Fernando de Azevedo, como seu primeiro diretor. Antonio Candido (2017) salienta que o Doutor Fernando (só ele, na Universidade, podia ser chamado pelo título de doutor) tinha uma qualidade rara entre os intelectuais: a coragem de assumir riscos, de não rejeitar responsabilidades e de levar adiante projetos que para muitos eram figuras de retórica. Ler então Fernando de Azevedo significou entender que o setor de Educação teve origem paralela e algumas vezes conflitante com o núcleo formado pela Faculdade de Filosofia. Assim, foi notável o feito do CRPE de São Paulo - o fato de aí terem se gestado projetos conjuntos, ligando pesquisas a políticas públicas, além de cursos envolvendo docentes de várias formações, especialmente pesquisadores da Sociologia, chefiados por Florestan Fernandes. Talvez tenha sido uma das instituições em que mais se tornou palpável o lugar que a universidade devia ocupar na sociedade.

No entanto, tendo sido responsável pela existência da Escola de Demonstração, o CRPE de São Paulo, na pessoa de Fernando de Azevedo, foi muito reticente em relação ao estabelecimento de um Ginásio de Aplicação. Argumentava que as classes homogêneas, com número restrito de alunos, mantidas à sombra da Faculdade de Filosofia e mergulhadas na sua atmosfera, não eram propícias a serem locais de estágio de licenciados. Isto é, um ginásio modelo e um ginásio comum não podiam conviver. Nesse aspecto, Fernando de Azevedo discordava da estratégia imaginada por Júlio de Mesquita Filho. Desde a fundação da Universidade de São Paulo, ele previa um ginásio modelo, capaz de sanar a precariedade da formação secundária dos ingressantes da Faculdade de Filosofia. Criou-se para isso o Colégio



Universitário, de curta duração. A ideia da criação do ginásio só viria a se concretizar em 1956, quando o antigo Ginásio Roosevelt foi transformado em Colégio de Aplicação. Esse ginásio, por sua vez, nada mais era, sob outro nome, do que o antigo Ginásio do Estado, criado por Bernardino de Campos, logo após a Proclamação da República (SANTOS, 2015). Apesar dessa linhagem, o Colégio de Aplicação quase foi esquecido. A partir de 1990, porém, obras memorialísticas, livros, teses e artigos de grande qualidade recuperaram essa experiência, muito embora alguns tivessem um tom crítico. Havia certo ressentimento, na época, ao apontar as condições excepcionais legadas ao colégio – era usado o argumento comum de se considerar privilégio o que deveria ser pensado como direito. Outras vezes, ao dizer que todo o ensino de nível secundário daqueles anos era elitista, o Colégio de Aplicação, como estabelecimento público, caía na fossa comum. Como acontece em outros casos, uma realidade marcada pela precariedade é considerada majoritária, e porque disseminada, normal e, se nessa “normalidade anormal” existir exceção, ela deve ser eliminada.

Mas não é fácil imaginar o que é uma escola pública de grande qualidade sem ter tido essa experiência. O Colégio de Aplicação proporcionava a possibilidade. Claro, como diz Chico Buarque, na minha memória seus professores estão dando aulas cada vez melhores. Mas o Colégio de Aplicação era só um caso entre muitos estabelecimentos de ensino renovado público desse tempo. Havia neles o empenho de instalar nos alunos a aversão a manuais, o mandamento de nunca subestimar a inteligência e a capacidade de aprender de professores e alunos. Os estudantes do antigo colegial eram estimulados a percorrer as bibliotecas da cidade em busca de livros, a consultar fontes originais de pensamento, a encarar o estudo como tarefa significativa e a ter sempre em conta a necessidade de fundamentação para que se instalasse um debate, evitando opiniões apressadas. Os professores supervisionavam seminários e estimulavam discussões. Ensinavam a não interromper a palavra do outro, a efetivamente escutar o que o outro diz, jamais levar a discussão para o plano pessoal, controlar paixões, não tirar o foco daquilo que estava em pauta, a reconhecer sofismas, raciocínios mancos, generalizações abusivas, retórica vazia. Não se deleitar na escuta da própria palavra, não abusar da consideração e da escuta do outro. Muito tempo depois, pude encontrar nos cadernos de Jean Mangué, revelados por Denilson Cordeiro (2008), nos registros da sua docência no curso de Filosofia da USP nos anos 1930, as raízes dessa tradição, revivida e recriada por professores jovens e brilhantes, como Maria de Lourdes Monaco Janotti, Maria Sabina Kundman, Pedro Paulo Perides, Maria Alice Vergueiro, Francisco de Assis e tantos outros.

Como disse, o Colégio de Aplicação era apenas um exemplo de escola renovada. Nos anos 1950, a presença da escola pública de qualidade marcou muitas cidades brasileiras. Seu



surgimento esteve relacionado a um contexto em que o país parecia ter se tornado, segundo ironia famosa de Roberto Schwartz, irreconhecivelmente inteligente. A política desenvolvimentista e de pleno emprego dos anos Kubitschek proporcionava trabalho aos egressos do ensino superior e fazia acreditar que o antigo projeto de democratização por meio da educação parecesse próximo.

No clima do final dos anos 50 e início dos anos 60, em que se buscava a direção política das mudanças econômicas, sociais e culturais, nos CRPE e nos Colégios Experimentais, professores e intelectuais assumiram a missão pedagógica de convencer a sociedade da adequação de seus projetos. Estavam seguros de ter a missão de desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas e sociais que pareciam se avizinhar. Dessa forma, procuravam se desvencilhar da trama original uspiana de desprezo pelas massas e formação de “elites condutoras”; era preciso ir ao “encontro do povo”, “ensinar e se deixar ensinar por ele”. Professores e pesquisadores procuravam não só elaborar os postulados ideológicos que iriam presidir os caminhos da educação brasileira, como a participar diretamente dela. Em diferentes posições, desde aqueles que em revide às derrotas de 1924, 1930 e 1932, defendendo um “saber desinteressado”, achavam que saberiam também incrementar o ensino secundário em moldes liberais, até aqueles que diante da radicalização política, consideravam que só poderia haver uma universidade democrática quando o ensino público de qualidade estivesse efetivamente ao alcance de todos. Não se tratava, nesse contexto, de formar apenas escolas públicas de qualidade, nem de levar às últimas consequências instituições de pesquisa que associassem, segundo a inspiração manheimiana, ciência, educação e planejamento, mas mostrar até onde se poderia chegar, quando intelectuais efetivamente envolvidos estivessem nelas engajados. Por essa razão, eu acreditava que haveria possibilidade de ressurgimento do Colégio, conforme pauta da congregação de fevereiro de 1970. O que se fez nessa congregação foi instituir uma comissão que nunca se reuniu, para depois instituir outra, depois outra, até que, denunciado o acordo entre a Universidade e a Secretaria de Educação e devolvido o colégio à rede pública, a solução encontrada foi dar esse nome à Escola de Demonstração, que passou a se chamar Colégio de Aplicação, agora ligado à Faculdade de Educação da USP.

Durante algum tempo, achei que a experiência de ensino renovado tal como praticada no Colégio de Aplicação tinha se perdido, uma a mais das heranças vacantes da USP. Assim como o Centro Regional de Pesquisas Pedagógicas, metaforizado no jardim abandonado, ficou muito tempo congelado na perplexidade que causou o dia em que soubemos da morte de Anísio Teixeira. Todavia, o tempo me convenceu de que as escolas e as instituições de pesquisa não



são prédios: são pessoas. E as pessoas continuaram a trabalhar e a ensinar. Celso Beisegel e José Mário Pires Azanha, integrantes do CRPE, e José Carlos Dias, antigo diretor do Colégio de Aplicação, foram integrados como professores na Faculdade de Educação, tendo papel decisivo em vários momentos de sua história. Ensino, pesquisa e serviços à comunidade foram continuados pela Faculdade de Educação. Aos poucos fui revendo também outras questões e apreciando o que antes tinha um pé atrás. Pude me encantar com as aulas do professor João Villalobos, quando falava da filosofia pré-socrática e fazia sonhar com o universo que se interrogava sobre a natureza do ser, ou imaginava que o mundo fosse feito de números, mundo soçobrado pela descoberta de números irracionais, ou permitia imaginar a vida como uma água passando sob os pés de pessoas mutantes. Achava interessante saber que a Universidade de São Paulo foi fundada por liberais e que liberais também podiam sair a campo em defesa da escola pública. Gostava quando o Professor Roque Spencer Maciel de Barros esquecia o anticomunismo e a guerra nuclear para falar da Ilustração Brasileira e me envolver com a leitura de Joaquim Nabuco. O professor João Gualberto, ao tornar palatáveis os meandros legais em que se mergulhava a educação brasileira, lembrava a alegria dos participantes da Semana de Arte Moderna. Também gostava da rapidez da fala de Maria da Penha Villalobos e das suas discussões sobre a reforma protestante contrapondo o pensamento de Lutero e de Calvino à sabedoria tolerante de Erasmo de Roterdã. E das professoras das matérias de Didática mostrando que essas disciplinas caracterizavam o curso de Pedagogia e que eram fundamentais para dar aos professores iniciantes suas ferramentas de trabalho.

A história posterior mostrou que um passado sombrio não precisava ser visto como derrota. Encarnava antes um conjunto de possibilidades, uma delas tinha acontecido, outras não, ainda outras foram efêmeras, o que não impedia que mantivessem a inspiração que alimentou a posteridade de ideias interessantes, realizações do que antes parecia permanecer no reino das utopias, sonhos reelaborados e outras invenções. A sensação que tive no começo, um pessimismo que julgava incurável, provou que o pessimismo também pode ser ingênuo e ver o futuro como catastrófico pode ser convite à inércia e à falta de imaginação. A fundação da Faculdade de Educação não pode ser vista como sendo o ponto de partida do mal que agora acontece, muito menos do que há de generoso e acolhedor naquilo que construiu depois. Mas girar o periscópio para o passado pode ser interessante para saber não só o que aconteceu como o que não aconteceu; rever tempos de inquietações que sonharam futuros possíveis pode ajudar a ver além das aparências.



REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário. Roque Spencer Maciel de Barros: defensor da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 167-169, jan./jun. 1999.

BONTEMPI JR., Bruno. O Manifesto dos Educadores de 1959 revisitado: evento, narrativas e discursos. **Cadernos de Pesquisa**, 51, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PKWhVNJW9DQZZnFSc7CdkYt>

BONTEMPI JR., Bruno. Do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. **Cadernos De Pesquisa**, São Paulo, v 41 n. 142, p. 188–207. 2013. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/124>

BONTEMPI JR., Bruno. **A cadeira de história e filosofia da educação da USP entre os anos 40 e 60**: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa. 2001. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CANDIDO, Antonio. [1972]. A verdade da repressão. **Revista USP**, v.9, pp. 27-30. São Paulo, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p27-30>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

CANDIDO, Antonio. Integralismo = fascismo? in _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Fernando H. Memórias da Maria Antonia. In SANTOS, Maria Cecília L. dos. (org.) **Maria Antonia uma rua na contramão**. São Paulo, Nobel, 1988.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A reforma universitária e a Universidade de São Paulo: década de 1960**. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CHAUI, Marilena. Entrevista. In CORDEIRO, Denílson C.; FURTADO, Joaci P. **A arte da aula**. São Paulo, Ed. Sesc SP, 2019.

CORDEIRO, Denilson Soares. **A formação do discernimento**: Jean Maugué e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-22012010-170532/pt-br.php>. Acesso em: 2022-01-15

FERREIRA, Oliveiros S. Maria Antonia começou na praça. In SANTOS, Maria Cecília L. dos. (org.) **Maria Antonia uma rua na contramão**. São Paulo, Nobel, 1988.

GIANOTTI, José Arthur. Maria Anônia: uma certa geração da Faculdade de Filosofia. In SANTOS, Maria Cecília L. dos. (org.) **Maria Antonia uma rua na contramão**. São Paulo, Nobel, 1988.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. Problemas Metodológicos: depoimentos e repressão. **Cadernos CERU**. São Paulo, Série 2, n.12, 2001.



PILETTI, N. Laerte Ramos de Carvalho: a formação e os estudos histórico-filosóficos. São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação**, 14(2), 235-258. 1988.

SANTOS, Alexsandro Nascimento. **Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da F.F.C.L. (1962-1969)**. 2015 Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05042016-133652/pt-br.php>. Acesso em: 2022-01-13.

SILVA, Franklin Leopoldo e. A experiência universitária entre dois liberalismos. **Tempo Social**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-47, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000100001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12291>. Acesso em: 17 jan. 2022.

TROILLOT, Michel-Ralph. **Silencing the Past: Power and production of History**. Boston, Beacon Press. 1995.

VIDAL, Diana Gonçalves; BONTEMPI JR., Bruno; SALVADORI, Maria Angela Borges. Tempos Pretéritos e Escolhas de Futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. spe, p. 1419-1440, dez. 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432016000500005&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 16 jan. 2022.

Recebido em: 28 de setembro de 2021

Aceito em: 29 de novembro de 2021